

O JOVEM ENGELS E O ESBOÇO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA, DE 1844

Fellipe Cotrim¹

Mestrando em História Econômica (FFLCH-USP)

f.cotrim.89@gmail.com

Luiz Eduardo Simões de Souza²

Doutor em História Econômica (USP) e Docente do Mestrado em Desenvolvimento

Socioeconômico (UFMA)

luizedusouza@gmail.com

Resumo

O seguinte artigo visa reconstituir parcialmente o percurso político e teórico de Friedrich Engels entre os anos de 1838-1844, a fim de compreender a adesão deste ao movimento operário europeu e a proposta de iniciar um programa de investigação e revisão crítica dos pressupostos da economia política clássica conforme apresentado no ensaio *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* [*Esboço de uma crítica da Economia Política*] [1844]. O valor do *Esboço de 1844* deve-se a significativa relevância deste na iniciação de Karl Marx nos estudos da economia política, que décadas mais tarde resultaria em sua *magnum opus*, *O Capital*. O artigo divide-se em três partes: (1) síntese da história e do desenvolvimento da economia política anterior a 1844; (2) resumo biográfico de Engels entre os anos de 1838-1844; (3) comentários sobre o *Esboço de 1844*, destacando seu pioneirismo para a futura crítica marxiana da economia política.

Palavras-chave: Economia política; Filosofia clássica alemã; Friedrich Engels; História do pensamento econômico;

Abstract

The following article aims at partially reconstructing Friedrich Engels' political and theoretical course between the years 1838-1844, in order to understand his adherence to the European labor movement and the proposal to initiate a program of investigation and critical review of the presuppositions of classical political economy as presented in the essay *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* [*Outlines of a Critique of Political Economy*] [1844]. The value of the 1844 Outline is due its relevance in the initiation of Karl Marx in the studies of the political economy, that decades later would result in its *magnum opus*, *Capital*. The article is divided into three parts: (1) synthesis of the history and development of political economy prior to 1844; (2) biographical summary of Engels between the years 1838-1844; (3) comments on the *1844 Outline*, highlighting its pioneering approach to the future Marxian critique of political economy.

Topics: Classical German Philosophy; Economic History; Friedrich Engels; Political Economy;

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) E-mail: f.cotrim.89@gmail.com

²Doutor em História Econômica. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: luizedusouza@gmail.com.



O Jovem Engels E O Esboço Da Crítica Da Economia Política, De 1844 – Fellipe Cotrim e Luiz Eduardo Simões de Souza

Todo es hermoso y constante, Todo es música y razón, Y todo, como el diamante, Antes que luz es carbón. JOSÉ MARTÍ, Versos Sencillos [1891]

Introdução

O seguinte artigo visa reconstituir parcialmente o percurso político e teórico de Friedrich Engels entre os anos de 1838-1844, a fim de compreender a adesão ao movimento operário e a constituição da proposta de iniciar um programa de investigação e revisão crítica dos pressupostos da economia política clássica. Este programa de investigação fora apresentado por Engels no ensaio *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie* [*Esboço de uma crítica da Economia Política*] [1844]. Apesar da pouca atenção dedicada a este ensaio (quando comparado a miríade de textos sobre o jovem Marx (e.g., CHASIN, 2009; FREDERICO, 2009; GIANOTTI, 2010; LÖWY, 2012; LUKÁCS, GYÖRGY, 2009; MÁRKUS, 1974; MÉSZÁROS, 2006; PAULO NETTO, 2015)), o *Esboço de 1844* apresenta significativa relevância na iniciação de Karl Marx nos estudos da economia política, que décadas mais tarde resultaria em sua *magnum opus*, *O Capital*.

O próprio Marx, repetidas vezes, faria menção ao *Esboço de 1844* como a obra que o teria motivado a estudar a economia política.³ É possível mesmo encontrar ecos de ideias traçadas no *Esboço* no *Manifesto Comunista* [1848], e mesmo um diálogo com essas ideias na genealogia de obras de Marx e Engels que vai até a *Crítica ao Programa de Gotha* [1875] e ao *Anti-Duhring* [1878], passando, evidentemente pelo *Capital*. Assim, ainda que suas teses tenham evidentemente ganhado melhor exame e maior profundidade ao longo da carreira intelectual de Engels e Marx, o *Esboço de 1844* tem não apenas o caráter pioneiro, mas também uma admirável resistência de boa parte de suas teses, podendo-se dizer que, mesmo que aprofundadas ao longo de décadas de estudos, estas se tenham mais corroborado do que refutado.

Assim, nosso objetivo último neste artigo é responder as seguintes perguntas:

(1) No que consistia o *Esboço de 1844*?

³Vide ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS (1963) e Wheen (2008, p.48-9).



(2) Por quais razões Engels teria se proposto a escrevê-lo?

(3) Quais foram os efeitos políticos e teóricos de sua crítica da economia política?

1. DA ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA A ECONOMIA POLÍTICA DOS TRABALHADORES

Antes de iniciarmos o exame da produção teórica e da atividade política de Engels entre os anos de 1838-1844, consideramos indispensável a exposição de breves comentários sobre a história e desenvolvimento da economia política anterior a 1844 sob a perspectiva da *concepção materialista da história*⁴ (MARX; ENGELS, 2007; MCLELLAN, 1983).

1.1. A economia política clássica, ou a economia política da burguesia revolucionária

A economia política, como atividade teórica e sistemática, surge na Europa, aproximadamente, no século XVI, no contexto da expansão do comércio e da indústria (CARREIRO, 1975; DOBB, 1977; NETTO; BRAZ, 2012). O termo economia política surge pela primeira vez em 1615 com a publicação do *Traité de l'Économie Politique* [*Tratado de Economia Política*] de Antoine de Montchrestien. A partir de então o termo difunde-se e passa a ser objeto de estudo de uma série de intelectuais britânicos e franceses dos séculos XVII e XIX, ganhando, assim, corpo e profundidade teórica.

Entre os economistas políticos de maior destaque citamos: William Petty (*A Treatise of Taxes and Contributions* [*Um tratado de impostos e contribuições*], 1662); François Quesnay (*Tableau économique* [*Quadro econômico*], 1758); James Steuart (*An Inquiry into the Principles of Political Economy* [*Uma investigação sobre os princípios da economia política*], 1767); Adam Smith (*The Wealth of Nations* [*A riqueza das nações*], 1776); e David Ricardo (*On the Principles of Political Economy and Taxation* [*Princípios de Economia Política e Tributação*], 1817). O conjunto destes economistas compreende a denominada *economia política clássica*.

Partimos do pressuposto de que a economia política consiste não em uma disciplina ou em um recorte abstrato da realidade, mas em uma *teoria social*, que visa

⁴É interessante apontar que as informações levantadas são corroboradas por outros autores, como SCHUMPETER, 1991 (1954), por exemplo.



compreender o conjunto das relações econômicas, políticas e sociais. Voltada para questões e interesses imanentemente materiais da sociedade (e.g., dinheiro, lucro, salário, produção de riqueza, propriedade privada etc.), a economia política fora uma teoria fundamentada na prática cotidiana do comércio e da indústria. Suas teses e conclusões relacionaram-se intimamente com os interesses econômicos e políticos das burguesias europeias, as classes sociais emergentes no contexto da crise do sistema feudal (DOBB, 1977; NETTO; BRAZ, 2012).

Como teoria social, a economia política condensou e serviu aos interesses das burguesias contra o já decadente sistema feudal-absolutista. Seus formuladores, os intelectuais burgueses, vinculados ao pensamento liberal e ao movimento Iluminista britânico-francês, contribuíram na formação, universalização e naturalização da ideologia burguesa em seu momento de ascensão e constituição de potencial revolucionário (EAGLETON, 1997). Conforme observado por Netto e Braz: “a Economia política clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta classe estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o *Antigo Regime*” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 18). Antagônicos a ordem feudal-absolutista, os economistas políticos, como ideólogos do liberalismo ilustrado, arquitetaram, assim, o pensamento burguês mais avançado e radical.

Tendo por finalidade *universalizar e naturalizar* seus valores e sua concepção de mundo, ou sua ideologia (EAGLETON, 1997), o liberalismo, os intelectuais burgueses criticaram os fundamentos materiais e espirituais da sociedade feudal-absolutista (e.g., o pensamento escolástico, a divisão da sociedade em estamentos, as corporações de ofício etc.). Os textos publicados pelos intelectuais burgueses ao longo dos séculos XVI-XVIII (fase de formação e ascensão de sua ideologia) foram inúmeros, mas a título de exemplo citamos aquele que provavelmente consiste em um dos maiores empreendimentos intelectuais coletivos até então, a *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios* [1751-1772], organizada por Denis Diderot e Jean le Rond d’Alembert. A *Enciclopédia* pode hoje ser considerada como um documento histórico. Nesta, onde os intelectuais burgueses de vanguarda apresentaram ao mundo a aspiração de universalização da liberdade (pensamento, organização política, iniciativa econômica). Portanto, a *Enciclopédia* sintetizou a nata do pensamento liberal ilustrado de sua época, condensando, em uma série de livros, o momento de ascensão e constituição do potencial de radicalismo político e teórico da burguesia.



O Jovem Engels E O Esboço Da Crítica Da Economia Política, De 1844 – Fellipe Cotrim e Luiz Eduardo Simões de Souza

* * *

Apesar de suas contribuições originais e inovadoras, os temas característicos da economia política (e.g., comércio, juros, lucro, preço, salário etc.), já haviam sido objeto de exame ao longo de muitos séculos, inclusive pelos escolásticos (CARREIRO, 1975). A mudança qualitativa do pensamento econômico burguês com os antecedentes deve-se ao caráter classista deste. Pode-se afirmar que a economia política, como *teoria social burguesa*, constitui uma resposta teórica de contraposição aos escolásticos que fundamentavam seu pensamento econômico a partir de concepções morais cristãs. Como referência ao pensamento escolástico, citamos Tomás de Aquino. Argumentando contra o comércio, Aquino asseverava que “por não ver na atividade mercantil um meio de criação de valor” esta atividade estava em desacordo com a criação divina (*mercator Deo non placet* = o mercador desagrade a Deus). Sobre o juro, Aquino afirmava que esta atividade se tratava de uma “forma antinatural do uso da moeda” (*Pecunia pecuniam non parit* = Dinheiro não gera dinheiro) (CARREIRO, 1975, p. 65).

Tais afirmações de Aquino citadas acima não poderiam ser mais contrárias aos interesses da classe burguesa ascendente. Em seu caminho de formação, desenvolvimento e conquista econômica, política e cultural (através do processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo (DOBB, 1977)), a burguesia produziu um pensamento antagônico aos valores medievais, orientados pela escolástica.

No campo da filosofia, pensadores como Francis Bacon, René Descartes, Giambattista Vico e Immanuel Kant desenvolveram uma nova concepção de conhecimento e ciência, fundamentada em valores racionalistas, empiristas e humanistas que resultaram na “Revolução copernicana” do conhecimento (TONET, 2013). No campo da política, Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Hugo Grotius desmontaram os preceitos morais e éticos da política greco-medieval ao descortinarem a real natureza desta: a disputa pelo poder, seja pelas vias da violência, seja pelas vias da retórica e do jogo de aparências. Igualmente notável fora a produção estética (e.g., o Renascimento italiano), indispensável para a divulgação dos valores humanistas (HELLER, 1982), e as descobertas científicas de Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Johannes Kepler e Isaac Newton que, ao revolucionar o paradigma greco-medieval, mudaram o eixo pelo qual a humanidade estabelecia seu lugar no universo (KUHN, 2009). Através da Reforma Protestante o pensamento burguês também deixou sua marca na teologia ao secularizar a religião, fazendo desta uma questão de âmbito privado. O agregado teórico e prático dos



intelectuais burgueses compôs, ainda que não de forma homogênea e linear, o “grande livro” dos valores e aspirações universais da burguesia europeia para a humanidade, ou o *projeto moderno*.

Entretanto, a economia política seria o *locus* ideológico em que os valores burgueses teriam sua objetivação de maneira mais efetiva, pois como teoria social dedicada a explicar a origem da *riqueza* e do *valor*, defender e justificar a *liberdade de comércio*, a *propriedade privada*, o *fetichismo pela acumulação* e o *egoísmo*, a economia política arquitetou as categorias econômicas fundamentais da objetividade humana, i.e., *a produção material da vida*.

No livro *The Fable of The Bees: or, Private Vices, Public Benefits* [*A fábula das abelhas: ou, vícios privados, benefícios públicos*] [1714] Bernard de Mandeville afronta as virtudes cristãs e o pensamento escolástico ao advogar a favor dos *vícios privados* como inerentes predecessores dos *benefícios públicos*, i.e., a busca individual por riqueza gera, invariavelmente, efeitos econômicos benéficos ao conjunto da sociedade. Décadas mais tarde, no livro *A Riqueza das Nações* [1776], Adam Smith endossaria a tese de Mandeville na celebre passagem:

“[...] já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público.” (SMITH, 1996, liv. IV, cap. II, grifo nosso)

Apesar de todas as categorias arquitetadas pelos economistas políticos clássicos, sua “Revolução copernicana” fora realizada na questão concernente à origem social da riqueza, ou a *teoria do valor-trabalho*.



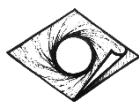
Para os primeiros economistas políticos, contemporâneos do capitalismo mercantil (c. XVI-XVIII), a riqueza encontrava-se nos metais, em particular no ouro e na prata. Assim, a concorrência por estes metais promoveu a hostilidade e a rivalidade comercial entre as monarquias europeias. Como meio para sua aquisição, fez-se uso do comércio, visando a balança comercial positiva, mas, também as conquistas territoriais, o saque e a pilhagem. Naturalmente, tal concepção da teoria do valor estava immanentemente vinculada ao ascendente poder econômico e político dos mercadores, a burguesia que vivia do comércio. É possível encontrar em obras da época, especialmente produzidas no Mediterrâneo Norte (Península Itálica, Sul da França, Espanha Setentrional) defesas veementes dessas práticas como formas de se acumular a riqueza e promover a prosperidade das Cidades-Estado mediterrâneas ou dos Estados Absolutistas em florescimento. Mesmo Nicolau Maquiavel,⁵ em alguns aspectos mais materiais da prática do *Príncipe*, defende essa forma de acumulação de riqueza, bastante visível e mesmo palpável, do ponto de vista fiscal, diga-se em defesa dessa concepção. Sua materialidade parece tão forte quanto a ilusão de riqueza que cria.

Por sua vez, os fisiocratas argumentavam que a origem da riqueza advém do *trabalho* na produção agrícola.⁶ Com a teoria fisiocrata do valor, a origem da riqueza encontra-se tensionada por todos os lados. Se por um lado avança ao reconhecer no trabalho a atividade mediadora entre a natureza e a sociedade para a obtenção dos meios de subsistência, do outro lado recua ao limitar-se a produção agrícola. A fisiocracia, portanto, carregou consigo um “emblema feudal”, enquanto corrente do pensamento econômico burguês (MARX, 2014, cap. 19.1).

Com Adam Smith e David Ricardo, a teoria do valor efetivaria seu maior salto dentro do pensamento econômico clássico. Conforme Smith e Ricardo, a riqueza teria sua

⁵ “[...] ou o príncipe gasta o que é dele e de seus súditos, ou consome os bens de outrem. No primeiro caso, ele deve ser parco; no segundo, não deve poupar-se de nenhuma liberalidade. Ademais, o príncipe que conduz exércitos, que se nutre de butins, de saques e de recompensas, que lida com o bem alheio, precisa ser liberal: do contrário, não seria seguido pelos soldados.” (MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010. p. 100)

⁶ Conforme Carreiro (1975) “Todas as características doutrinárias da nova escola {a fisiocracia} foram fornecidas por Quesnay [...]” (CARREIRO, 1975, p. 187). No *Quadro econômico*, Quesnay (1983) assevera que a riqueza da nação advém dos “trabalhos da agricultura” executados pela *classe produtiva*. Mais adiante Quesnay conclui: “Englobam-se no âmbito dessa classe todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão; por essa venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação” (QUESNAY, 1983, p. 257).



fonte no trabalho realizado pelo conjunto da sociedade (*divisão social do trabalho*),⁷ i.e., advindo da atividade humana prática, e não de objetos externos, tal como argumentavam os mercantilistas (o próprio ouro e a própria prata adquiririam valor em razão do trabalho humano na mineração). Ademais, a teoria do valor-trabalho significou um avanço diante dos fisiocratas ao expandir a origem da riqueza para além da produção agrícola incorporando a produção industrial nesta (CARREIRO, 1975; DOBB, 1977).

Tal como Martinho Lutero, que “Libertou o homem da religiosidade exterior, fazendo da religiosidade o homem interior” (MARX, 2010b, p. 152), Smith, o “Lutero da economia” (ENGELS, 1981, p. 59), libertou o homem do fetiche do bulionismo dos mercantilistas demonstrando a semente da riqueza no trabalho.

É importante ressaltar, sobremaneira, uma diferença sutil, mas importante, entre as teorias do valor trabalho em Smith e Ricardo. A origem do valor em Smith vem da capacidade de *comandar trabalho*, do controle que se exerce por sobre essa atividade humana. Na teoria smithiana do valor, o trabalho comandado determina a diferença entre valor de uso e valor de troca e a extensão da divisão social do trabalho. Ricardo inicia seus *Princípios* de 1817 justamente criticando essa visão, considerando-a inconsistente para determinar o valor de troca das mercadorias, e defendendo a quantidade de trabalho incorporada em sua produção como o verdadeiro valor destas. A teoria do valor de David Ricardo é, assim, em contraposição ao *trabalho comandado* de Smith, o *trabalho incorporado*.

Isto posto, ambas representam a mesma contraposição à concepção anterior de valor no pensamento econômico burguês. Sua diferença marca um caminho a ser tomado a partir dali.

A partir de então, com esta nova teoria do valor, a *teoria do valor-trabalho*, a burguesia empunhou uma afiada espada contra as indolentes nobreza e clero medievais.

Entretanto, com o decorrer do desenvolvimento histórico do capitalismo, a *teoria do valor-trabalho* tornou-se como uma espada de dois gumes para a burguesia. Se de um lado sua lâmina golpeava a nobreza e o clero medievais, do outro serviria para golpear a exploração e expropriação do proletariado pela burguesia.

⁷Conforme Ricardo: “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção [...]” (RICARDO, 1996, cap. I.I).



1.2. A crise da economia política clássica, ou a metamorfose da burguesia em classe conservadora

Com o desenvolvimento das relações sociais de produção e circulação as contradições imanentes do capitalismo emergem a olhos vistos através de suas sucessivas crises. Com as crises emergem também questionamentos ao projeto moderno de emancipação humana prometido pela ideologia liberal-burguesa e pelas revoluções dos séculos XVIII-XIX. A igualdade jurídica e política esbaram em limites que as impedem de cumprir as promessas de igualdade social e econômica. Imediatamente, estas últimas passam a ser negadas em razão de sua inviabilidade objetiva dentro dos marcos da propriedade privada. Temos, então, uma crise no programa emancipatório da modernidade.

Dentro dos ciclos intelectuais burgueses muitos apresentaram questionamentos e críticas tanto aos pensadores clássicos da economia política (e.g., Petty, Smith e Ricardo), como também a prática social burguesa. A “epidemia” da pobreza e da miséria, e devastação dos ecossistemas etc, levaram muitos a propor a necessidade de revisar o programa emancipatório burguês. Entre estes podemos destacar os socialistas ricardianos. Simonde de Sismondi, no livro *Nouveaux principes d'économie politique* [*Novos princípios da economia política*, 1819], debateu diretamente com Smith ao criticar a falsa prosperidade das nações, opondo capital a trabalho, e apresentar o princípio teórico para a concepção da categoria da *mais-valia*⁸. Thomas Hodgskin, em *Investigação sobre os princípios da distribuição da riqueza mais apta a engendrar a felicidade humana* [1824], de forma similar a Sismondi, identifica a relação entre o lucro do capitalista e a expropriação do valor produzido pelo operário (RUSS, 1991, p. 17–24).

A crítica à economia política clássica e ao conjunto da sociedade burguesa prosseguiria nos escritos dos socialistas utópicos britânicos e franceses, com destaques para Robert Owen, Charles Fourier e Conde de Saint-Simon (CARREIRO, 1975; ENGELS, 2011; RUSS, 1991). A crítica destes reflete não apenas um apontamento das eventuais inconsistências do pensamento econômico burguês ora apresentado, mas

⁸Conforme Jacqueline Russ: “Sismondi sublinha, de um lado, que o valor criado pelo operário cresce continuamente sob o efeito da progressão das ciências e das técnicas; do outro lado, que o salário dos trabalhadores não vai além das exigências da vida biológica. Inscreve-se, portanto, a ideia de um distanciamento entre o valor produzido e o “valor da força de trabalho”, diríamos em linguagem marxista. Aqui aparece uma *mais-valia*.” (RUSS, 1991, p. 21)



também uma crítica ao projeto burguês de estado e mesmo de sociedade. A proposição de *utopias*, entendidas como projetos sociais alternativos à sociedade desenhada pela burguesia, parece ter sido um aspecto que chamou a atenção em particular do jovem Engels, quando de seu primeiro interesse em economia política.

Entretanto, seria no plano da atividade histórica o lugar em que se desvelaria efetivamente a contradição *capital-trabalho*. Com as Revoluções democrático-populares de 1848, o proletariado europeu emerge na história com uma organização política autônoma e com um projeto de sociedade próprio. O *Manifesto do Partido Comunista* [1848], redigido por Karl Marx e Friedrich Engels, condensa em suas páginas este novo projeto de sociedade.

Diante da ofensiva proletária a burguesia contra-ataca tanto no campo político quanto no campo ideológico visando guardar as posições conquistadas nas revoluções precedentes a 1848. No campo político suspende os já limitados direitos políticos através de governos autocráticos (bonapartismo). No campo ideológico pratica uma lobotomia em sua própria ideologia, extraindo desta suas qualidades revolucionárias. Assim, assevera Lukács, este período inicia um processo histórico de *degeneração ideológica* da burguesia que se manifesta em todas as áreas do conhecimento (COUTINHO, 2010; LUKÁCS, GEORG, 1959; LUKÁCS, GYORGY, 2010).

No *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* [1852] Marx sintetizou a metamorfose político-ideológica da burguesia no pós-1848:

“A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado “*socialistas*”.” (MARX, 2011, p. 80)

A economia política não passou impune por este processo de degeneração ideológica. Retalhada em muitas partes, perde sua qualidade de teoria social, inviabilizando sua capacidade de apreensão e compreensão da totalidade e se transforma em uma série de disciplinas independentes e especializadas. Entre estas disciplinas temos a *economia*. Caracterizada como uma ciência “técnica” e “exata”, formulada a partir de



modelos matemáticos, consolida-se como uma ferramenta acrítica, neutra, de administração e manutenção da ordem econômica burguesa, a serviço da apologia do capitalismo.⁹

Estudioso da economia política e militante do movimento operário inglês e alemão, o jovem Engels observou, desde o início da década de 1840 essa metamorfose político-ideológica da burguesia. No primeiro momento, ainda na Alemanha (Berlim, 1841-1842), Engels identificou na dissolução da filosofia hegeliana o movimento de abandono da dialética, do historicismo e da categoria da totalidade. Mais tarde, na Inglaterra (Manchester, 1842-1844) Engels atentou pra a dissolução da economia política clássica e de sua teoria fundamental, a teoria do valor-trabalho. Sempre ativo na política e na atividade intelectual, Engels confrontou estas duas tendências de dissolução do pensamento burgues anterior à 1848.

Diante destas circunstâncias, Engels propôs no *Esboço de 1844* a constituição de um programa de pesquisa, a *crítica da economia política*. “Na crítica à economia política {escreveu Engels}, vamos examinar as categorias fundamentais, demonstrar a contradição introduzida pelo sistema da liberdade de comércio e extrair as conseqüências dos dois aspectos da contradição {capital-trabalho}.” (ENGELS, 1981, p. 58)

2. A EVOLUÇÃO FILOSÓFICA DO JOVEM ENGELS E A FUNDAÇÃO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Nesta seção visamos apresentar de forma sintetizada a evolução teórica e política do jovem Engels (1838-1844).

Evidentemente, não somos os primeiros a propor tal investigação. Temos a disposição uma série de pesquisas científicas sobre a produção teórica de Engels em suas

⁹Não se trata de reduzirmos a *economia* a um mero instrumento de administração do capital. Seríamos néscios em negar as imprescindíveis descobertas realizadas por esta disciplina ao longo dos séculos. Pelo contrário, a pesquisa econômica é fundamental para a compreensão objetiva das sociedades humanas. Porém, atentamos para o fato de que sob a forma de *disciplina especializada* a economia não é capaz de oferecer os meios para a apreensão e transformação substantiva da realidade social tal como a *economia política* o fez até, aproximadamente meados do século XIX. Para uma melhor compreensão do potencial caráter conservador e ideológico da economia contemporânea ler *Ideologia e ciência econômica: estudos de caso* (São Paulo: LCTE Editora, 2006).

Sobre a crítica a especialização do conhecimento como expressão concreta da degeneração ideológica, esta não se limita a crítica lukacsiana da ideologia burguesa pós-1848. Até mesmo José Ortega y Gasset, filósofo comumente associado ao pensamento liberal-conservador, observou e criticou a especialização do conhecimento e a perda da capacidade de compreensão da totalidade no ensaio *La barbarie del “especialismo”* (ORTEGA Y GASSET, 1966, p. 215–220).



muitas fases. No que trata de seu período de juventude a maior parte dos textos tem como foco de atenção o *Esboço de uma crítica da Economia Política* [1844] (CASTELO BRANCO, 2005; SECCO, 1996; TAVARES, 2014). Entretanto, estes estudos, em razão do necessário recorte feito por seus autores, não se debruçam sobre o desenvolvimento político e teórico do jovem Engels anterior a publicação do *Esboço de 1844*. De nossa parte, acreditamos que o estudo dos textos engelsianos precedentes podem esclarecer e ampliar o conhecimento não apenas de sua obra posterior, mas do impacto dela por sobre a obra de Marx e outros pensadores ligados, em graus variados, ao marxismo.

Dessa forma, nos parágrafos seguintes, buscaremos lançar luz sobre a atividade política e teórica de Engels anteriores ao seu encontro com Marx em Paris no ano de 1844.

Compreendemos que o pensamento do *jovem* Engels se desenvolve a partir de três críticas da alienação; a saber: a *crítica da alienação religiosa e política*, desenvolvidas entre os anos de 1838-1842, e a *crítica a alienação econômica*, desenvolvida durante os anos de 1842-1844. Todas estas críticas da alienação são caracterizadas, no geral, pelo viés da filosofia hegeliana. Contudo, a partir de 1842, a crítica de Engels à alienação realiza substancial desenvolvimento com a perspectiva materialista da dialética apresentada por Feuerbach em *A essência do cristianismo* [1841]. Conforme Engels:

“Com um só golpe, {Feuerbach} pulverizou a contradição, ao pôr de novo no trono, sem rodeios, o materialismo. A Natureza existe independentemente de toda a filosofia; ela é a base sobre a qual nós, homens, nós mesmos produtos da Natureza, crescemos; fora da Natureza e dos homens não existe nada, e os seres superiores que a nossa fantasia religiosa criou são apenas o reflexo [*Ruckspiegelung*] fantástico do nosso próprio ser. O encantamento foi quebrado; o “sistema” foi feito explodir e atirado para o lado, a contradição, porque existente apenas na imaginação, foi resolvida. — Uma pessoa tem, ela própria, que ter vivido o efeito libertador deste livro¹, para fazer uma ideia disso. O entusiasmo foi geral: momentaneamente fomos todos feuerbachianos.” (ENGELS, 1982)

O encontro de Engels com a filosofia hegeliana se deve, por um lado, ao contato com o movimento intelectual *Jovem Alemanha*, que recorria as categorias e aos jargões hegelianos em seus textos de crítica literária, teatral etc.; e, por outro lado, o conflito com sua formação religiosa lhe desperta o interesse pelos debates de teologia que se realizavam na Alemanha durante as décadas de 1830-1840 (ILITCHEV *et al.*, 1986; RIAZANOV, 1996). Engels engaja-se nos debates filosóficos e teológicos daqueles anos



a partir dos seguintes textos: *Sermão de F. W. Krummacher sobre Josué*, *Dois sermões de F. W. Krummacher* (MECW 02; MEW 41).

A vida de Jesus [1835] de David Friedrich Strauß fora texto fundamental na formação filosófica e teológica do jovem Engels. Neste livro, D. F. Strauss, teólogo alinhado à esquerda hegeliana, apresenta Jesus com figura histórica negando seu caráter divino. O impacto intelectual da leitura de *A vida de Jesus* é imediato em Engels, levando-o ao confronto com sua formação religiosa e a debates teológicos com seus amigos Friedrich e Wilhelm Graeber (MECW 02; MEW 41).

Seria a partir da teologia que Engels desenvolveria interesse por Hegel, passando a ler e a estudar seus textos por conta própria, entre os anos de 1839-1840, quando morava em Bremen.

Em 1841, Engels mudou-se para Berlim a fim de prestar serviço militar voluntário. No tempo em que esteve livre dos compromissos militares, Engels frequentou a Universidade de Berlim, onde acompanhou conferências e se inseriu no ciclo de intelectuais e estudantes da cidade, particularmente entre os *joventes hegelianos* de Berlim, ou, os *Livres*. Neste período, Engels publicou nos jornais *Telegraph für Deutschland* e *Rheinische Zeitung* suas impressões do ambiente intelectual da Universidade de Berlim. Engels obteve certo destaque com a série de ensaios reunidos sob a título de *Anti-Schelling*.¹⁰ Nesses ensaios, Engels, autodidata em filosofia, apresentou críticas contundentes ao pensamento de Schelling (elevado pelo rei Frederico Guilherme IV a posição de “filósofo oficial” da Prússia), ao mesmo tempo em que demonstrou considerável compreensão da filosofia hegeliana.

Ao contrário de Marx, que na primeira metade da década de 1840 voltou-se para a crítica da filosofia hegeliana (MARX, 2010a, b), Engels, em razão do contexto no qual estava inserido (o ataque direto de Schelling e consortes a dialética hegeliana) voltou-se à sua defesa.

No bloco político, Engels se beneficiou dos anos em que trabalha em Bremen (cidade livre das rigorosas leis de imprensa então vigentes na Prússia), onde obteve acesso a publicações dos mais variados gêneros, desde literatura ordinária a textos de propaganda e agitação política. Importante influência desses anos em Bremen foram os textos do

¹⁰Os ensaios são os seguintes: *Schelling sobre Hegel*; *Schelling e a revelação. Crítica da mais recente tentativa da reação contra a filosofia livre*; *Schelling, filósofo cristão ou A transfiguração da sabedoria universal em verdade divina. Para cristãos que ignoram a terminologia filosófica* (MECW 2, 1975, p. 313–351; MEW 41, 1967, p. 283–316).



jornalista político Ludwig Börne (1786-1837). Democrata radical, Börne está para o pensamento político do jovem Engels assim como Hegel está para seu pensamento filosófico (PROSPERI, 2009; RIAZANOV, 1996). No ensaio *Ernst Moritz Arndt* (*Telegraph für Deutschland*, nº 3, jan. 1841) Engels identificou uma complementariedade entre os pensamentos de Hegel e Börne e propôs como “tarefa de sua geração” a “fusão da filosofia hegeliana com a prática política [*politischen Praxis*] de Börne” (MECW 2, 1975, p. 141–144; MEW 41, 1967, p. 122–125).

Assim, desde o início da década de 1840, Engels posicionou-se contra a ordem despótica e teocrática imposta pela Prússia, em favor de um radicalismo democrático, de inspiração jacobina.¹¹

Destacam-se nesse período os textos *Crítica as leis de imprensa na Prússia e Frederico Guilherme IV, rei da Prússia*, publicados respectivamente na *Rheinische Zeitung* e no *Einundzwanzig Bogen aus der Schweiz* entre os anos de 1842-1843 (MECW 02; MEW 01; MEW 41).

Engels começou a travar contato com as questões da economia política ao mudar-se para a Inglaterra em novembro de 1842 (onde permaneceria até agosto de 1844), a fim de assumir cargo administrativo na Ermen & Engels, empresa do ramo da indústria têxtil da qual seu pai fora sócio (ILITCHEV *et al.*, 1986).

Durante este período, Engels se voltou para o estudo das condições sociais e políticas da Inglaterra, as condições de vida e de trabalho dos operários ingleses, familiarizando-se com suas lutas políticas, ao aproximar-se do movimento cartista. Visitou as fábricas e os bairros operários da cidade de Manchester¹². Atendeu às reuniões de massa e as assembleias dos trabalhadores. Colaborou com a imprensa socialista inglesa em artigos como: *O progresso da reforma social no continente* e *O progresso do comunismo na Alemanha*, publicados respectivamente no *The New Moral World* e *The Northern Star* (HENDERSON, 1976a; ILITCHEV *et al.*, 1986; MECW 02).

¹¹Engels apresenta sua posição em favor do radicalismo democrático burguês de inspiração jacobina ao menos em duas ocasiões: em carta a Friedrich Graeber (Bremen, 9 dez. 1839 – 5 fev. 1840) (MECW 02, p. 492–493); e no 3º canto do poema satírico escrito em parceria com Edgar Bauer, *Como a Bíblia escapa milagrosamente a um atentado imprudente ou O triunfo da fé* [1842]. Neste poema Engels é descrito nos seguintes termos: “À extrema esquerda, está aquele alto e comprido/ camarada Oswald {pseudônimo de Engels} vestido de sobretudo cinza e calças tom de pimenta;/ Apimentado por dentro, Oswald, o montanhês;/ radical, firme e inabalável/ Dia sim, dia não, canta sobre a guilhotina/ nada mais além de uma única melodia, uma ária, a mesma e velha canção diabólica, urrando o refrão:/ *Formez vos bataillons! Aux armes, citoyens!*” (MECW 02, p. 335; MEW 41, p. 300, tradução nossa).

¹²A inserção de Engels nos bairros da classe trabalhadora de Manchester fora auxiliada por Mary Burns, operária irlandesa (WEBB, 2012).



O Jovem Engels E O Esboço Da Crítica Da Economia Política, De 1844 – Fellipe Cotrim e Luiz Eduardo Simões de Souza

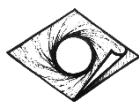
Destaca-se neste período o artigo *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (*Rheinische Zeitung*, dez. 1842), onde Engels apresentou aos leitores alemães suas impressões sobre os efeitos sociais do capitalismo industrial na Inglaterra (MECW 02; MEW 01). O caráter informativo e analítico dessa obra a coloca, para muitos autores, como uma obra seminal do ponto de vista metodológico, para a história econômica, a sociologia e uma série de ciências humanas e sociais aplicadas surgidas ou repaginadas ao longo do século XIX.

Em paralelo, Engels estuda a história da Inglaterra (*A situação da Inglaterra: Passado e presente, O século XVIII e A constituição inglesa*, publicados nos jornais *Deutsch-Französische Jahrbücher* e *Vorwärts!*), os escritos dos economistas burgueses Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, John Ramsay MacCulloch, James Mill etc, e os socialistas Saint-Simon, Fourier, Owen, Babeuf, Cabet, Weitling, Proudhon etc. (HENDERSON, 1976a; ILITCHEV *et al.*, 1986; MECW 02; MEW 01).

Neste período de intensa atividade intelectual e política na Inglaterra Engels consolidou a transição da dialética idealista hegeliana para a dialética materialista feuerbachiana e do democratismo radical de inspiração jacobina para o comunismo¹³. Essa transição no pensamento de Engels, ressalte-se, é dada pela observação da realidade do jovem alemão. Engels não se limitava à pesquisa dita acadêmica para a compreensão de seu mundo, buscando usar seus sentidos em âmbito pleno nessa tarefa.

Fora sob estas circunstâncias políticas e teóricas que Engels encontra-se com Marx em Paris no final do mês de agosto de 1844 (GEMKOW, 1984; HENDERSON, 1976a; ILITCHEV *et al.*, 1986). A razão para o encontro deve-se a impressão positiva que os textos por eles publicados nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* deixaram um no outro; no caso de Engels, o destaque fora para o *Esboço de uma crítica da Economia Política*, texto que apresentou formalmente Marx a economia política, assunto pelo qual viria a ocupar-se nos meses subsequentes em estudos hoje disponíveis através da publicação postuma dos *Cadernos de Paris* e dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* [1844] (MARX, 2015a, b).

¹³Neste ponto divergimos de Henderson (1976a), McLellan (1979), Riazanov (1996) e Wilson (2006) que reproduziram acriticamente o chiste de Moses Hess na qual este afirma ter “convertido” Engels para o comunismo após um único encontro. Defendemos a tese de que a adesão de Engels ao comunismo se deve a sua própria atividade intelectual e prática, demonstrável ao longo da sua evolução filosófica e política que este apresenta em suas publicações de juventude. O conto da conversão, referendado pelos estudiosos citados acima, obscurece e desqualifica os reais motivos que conduziram Engels a aderir conscientemente ao movimento operário e ao comunismo.



Cabe abordarmos, a essa altura, o *Esboço* de 1844.

3. O ESBOÇO DE 1844

O *Esboço para uma crítica da Economia Política*, publicado em 1844 nos Anais Franco-Alemães [*Deutsch-Französische Jahrbücher*], revista organizada em Paris por Karl Marx e Arnold Ruge, consiste em um ensaio onde Engels se propôs a apresentar a primeira análise crítica das categorias constitutivas da economia política sob a perspectiva política da classe operária. Seu método de investigação e exposição, de forma distinta aos economistas políticos clássicos, parte de uma perspectiva dialético-materialista. Seu modelo fora a crítica da alienação religiosa de Feuerbach, presente no livro *A essência do cristianismo* [1841], obra que marcou profundamente Engels. Trata-se, portanto, de um ensaio pioneiro no estudo da anatomia da sociedade burguesa.

O método utilizado por Engels, contudo, não se tratou de uma aplicação mecânica da dialética materialista feurbachiana utilizada em sua crítica da alienação religiosa. A crítica da economia política de Engels consistiu em um desenvolvimento e avanço substancial em relação a primeira. A *alienação religiosa* criticada por Feurbach limita-se ao nível da *consciência*, do interior humano, sendo, portanto, *parcial*. Por sua vez, a *crítica da alienação econômica* é voltada pra a vida efetiva dos sujeitos, i.e., a sua vida social e material, portanto, de caráter *universal* (MÉSZÁROS, 2006).

Munido com o materialismo feurbachiano, Engels inicia sua crítica das categorias constitutivas da economia política de forma similar a Feuerbach em sua crítica do idealismo hegeliano: “na economia, [...] tudo é colocado de cabeça para baixo: o valor que é, à partida, a fonte do preço, é situado na dependência do seu próprio produto. Esta inversão, sabe-se, é a essência da abstração.” (ENGELS, 1981, p. 63-64). Esta inversão entre aparência e essência praticada pelos economistas políticos clássicos seria o ponto de partida da crítica engelsiana.

Herdeiro da filosofia hegeliana, Engels ocupa-se desde seus primeiros textos sobre a questão da *alienação*: qual sua origem e quais os caminhos para sua superação. Da crítica da alienação religiosa, nos primeiros anos de atividade intelectual, passando pela crítica da alienação política, a atividade prática de Engels no movimento operário inglês de Manchester o conduz a crítica da alienação econômica. Assim, a crítica da alienação de Engels evolui para níveis cada vez mais complexos e universais.



Se a alienação religiosa, conforme os primeiros textos engelsianos, objetificava-se na teologia pietista e a alienação política se objetificava no Estado absolutista prussiano, Engels identificará na *propriedade privada* a objetificação da alienação econômica. Com esta afirmação, Engels não somente aprofunda sua investigação sobre a alienação como também rompe (ao menos nesta temática) com Hegel. Para Hegel a propriedade privada objetifica a categoria da *liberdade* (RUSS, 1991, p. 7). Por outro lado, para o jovem Engels, a propriedade privada trata-se do ponto de partida e motor da alienação em geral e da contradição fundamental da sociedade burguesa: a contradição *capital-trabalho*.

Nesta etapa de sua evolução teórica, a crítica da propriedade privada é resultado de deduções lógicas em razão do ainda incipiente conhecimento antropológico e histórico de Engels. Anos mais tarde, após muita investigação e reflexão, e mais experiente intelectualmente, Engels apresentaria ao leitor de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* [1884] uma explicação histórica da origem e desenvolvimento da propriedade privada, complementando, assim, tanto o *Esboço de 1844* como também *O Capital* de Marx.

Imanentemente vinculada a *crítica da propriedade privada*, encontra-se no *Esboço de 1844* a *crítica do trabalho assalariado*. Para Engels, o mercado de trabalho consistia em um leilão no qual o trabalhador oferece *a si mesmo* como mercadoria em decorrência da *autoalienação* {*Selbstveräußerung*} (ENGELS, 1981, p. 66). Ainda não aparece no *Esboço de 1844* a categoria *força de trabalho*, fundamental para a compreensão de que a mercadoria que o trabalhador oferece no mercado não é a si mesmo, mas uma *jornada de trabalho*.

Engels, também, apresenta no *Esboço de 1844*, a primeira crítica da categoria do *valor*. Conforme Engels, economistas políticos como Say, MacCulloch e Ricardo, o valor se desdobra em dois: *valor abstrato* ou *valor real* e *valor de troca*. Entretanto, a despeito de toda a tinta gasta sobre este assunto, Engels observa que “a discussão” sobre a natureza concreta do *valor* “ficou pendente e desvaneceu-se sem ser resolvida”. Assim, Engels conclui suas observações sobre os debates a cerca da natureza do *valor* pelos economistas políticos clássicos com um chiste (característica marcante de seu estilo literário): “Os economistas não sabem resolver nada” (ENGELS, 1981, p. 61).

Apesar do chiste, o próprio Engels não fora capaz de apresentar uma resolução para a questão do valor. Na melhor das hipóteses, deixou a questão em suspenso para



futuras investigações. Marx soube reconhecer a relevância da questão em torno da natureza do *valor*. Não por acaso, dedicou boa parte do primeiro capítulo de *O capital* visando desatar este “nó” deixado pelos economistas políticos clássicos.

A categoria *luta de classes*, vinculada, por sua vez, à categoria *propriedade privada*, recebe a devida atenção do jovem Engels no *Esboço de 1844*.

Ainda vinculado ao pensamento de Smith, Engels identifica a divisão da sociedade em três classes fundamentais: o proprietário fundiário, aquele que vive da *renda* da terra; o capitalista, aquele que vive do *lucro*; e o trabalhador, aquele que vive do *salário*. Engels observa que as duas primeiras classes, proprietário fundiário (*renda*) e capitalista (*lucro*), unidas, compõem o *capital*. Do outro lado, o proletário (*salário*) compõe o *trabalho*. Assim, Engels conclui que proprietário fundiário e capitalista são um só contra o proletário (*capital versus trabalho*).

Durante seu período em Manchester, Engels aproximou-se de teóricos e líderes políticos do movimento operário inglês, em particular de Robert Owen e do movimento cartista. Em artigos e correspondência do período, Engels expressou simpatia e admiração por estes. Entretanto, divergências emergiam em relação a propriedade privada. Para Engels, o elemento determinante da alienação econômica encontrava-se na propriedade privada e, conseqüentemente, sua superação exigia a supressão desta. Apesar de considerar relevantes os projetos owenistas de organização racional da produção e distribuição, e a relevância da luta política dos cartistas, seus avanços não cortariam o “mal pela raiz” caso ignorassem o papel fundante da propriedade privada.

Assim, Engels identifica, uma vez mais, a propriedade privada como motor das relações capitalistas de produção e raiz universal da alienação:

“O trabalho, principal elemento da produção, “a fonte da riqueza”, a atividade humana livre, é mal situado pelo economista. Como o capital já fora separado do trabalho, este é, por seu turno, desdobrado pela segunda vez: o produto do trabalho opõe-se a ele enquanto salário, é divorciado dele e, como de costume, definido pela concorrência, visto que, como observamos, não há escala para medir a parte do trabalho na produção. Se suprimimos a propriedade privada, esta separação artificial também desaparece, o trabalho é seu próprio salário e a verdadeira significação da retribuição do trabalho, anteriormente alienada {*veräußerten*}, vem à luz: sua importância na determinação dos custos de produção de um objeto.” (ENGELS, 1981, p. 68)



Engels não deixou de investigar e criticar o aparente antagonismo entre *concorrência-monopólio*.

Vinculado a tradição filosófica hegeliana, Engels buscava formular suas reflexões através da unidade dos contrários, i.e., através de *categorias reflexivas*, que a primeira vista aparentam oposição, contudo, na atividade concreta impulsionam uma a outra, sendo, assim, interdependentes. A contradição *concorrência-monopólio* consiste em um exemplo ilustrativo do tratamento dialético que Engels deu a exposição dos resultados de sua investigação.

“É fácil compreender que este antagonismo {*concorrência-monopólio*} é também absolutamente vazio. Quem quer que entre no jogo da concorrência deve desejar o monopólio, seja trabalhador, capitalista ou proprietário fundiário. Qualquer pequeno grupo de concorrentes deve desejar assegurar um monopólio contra todos os outros. A concorrência assenta no lucro e o lucro origina, em troca, o monopólio; em breve, a concorrência se transforma em monopólio. Por outro lado, o monopólio não pode conter a corrente da concorrência; pelo contrário, ele mesmo suscita a concorrência [...]” (ENGELS, 1981, p. 69)

Uma resolução simples, mas que ainda gera cansativos e infecundos debates.

O monopólio não contraria a concorrência, tanto quanto esta última não consiste em um antídoto para o primeiro. Pelo contrário, a concorrência capitalista promove a formação dos monopólios, assim como os monopólios fazem com que a concorrência seja ainda mais feroz, pois, a partir de então, não teríamos mais pequenos a médios capitalistas em concorrência, mas verdadeiros gigantes disputando o butim.

Mais tarde, Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* [1848] aprofundariam sua crítica da *concorrência-monopólio*. Quebra-se, assim, o encanto dos benefícios da concorrência capitalista difundida tanto pelos economista políticos clássicos quanto pelos economistas contemporâneos.

Assim como na crítica da *concorrência-monopólio*, Engels também expôs o falso equilíbrio da- *oferta-demanda* ironizando a máxima de muitos economistas políticos de que “nunca se pode produzir demais”, pois a oferta cria sua própria demanda (Say).

Conforme Engels observou em suas investigações sobre a história econômica da Inglaterra e a partir de sua própria experiência em Manchester e outras cidades vizinhas, as crises comerciais: “aparecem tão regularmente como os cometas e de tal modo que, hoje, temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Tais crises produzem-se há vinte



anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora, e trouxeram mais miséria e imoralidade que elas [...]” (ENGELS, 1981, p. 70). Observa-se na passagem acima o princípio da teoria marxista dos ciclos econômicos e das crises do capital.

A passagem mais extensa do *Esboço de 1844* fora a crítica engelsiana da teoria da superpopulação de Thomas Malthus.

Para Engels a teoria malthusiana da superpopulação não passava de uma falácia, inteiramente incoerente diante do desenvolvimento técnico-científico pelo qual passava a Inglaterra desde a Revolução Industrial. Conforme Engels, a capacidade criativa e produtiva da humanidade tinha potencial ilimitado.

“A força produtiva de que a humanidade dispõe é incomensurável. A capacidade de rendimento da terra pode ser aumentada ao infinito pelo emprego do capital, do trabalho e da ciência. Segundo o cálculo dos economistas e estatísticos mais capazes [...], a Grã-Bretanha “superpovoada” pode ser levada, no espaço de dez anos, a produzir grão suficiente para o sêxtuplo da sua população atual. O capital cresce diariamente, a força de trabalho aumenta com a população e a ciência submete cada vez mais ao homem a força da natureza. Esta capacidade ilimitada de produção, manipulada com consciência para o interesse de todos, reduziria em breve ao mínimo o trabalho que incumbe à humanidade [...]” (ENGELS, 1981, p. 73)

Para o jovem Engels, pouco condescendente com Malthus, a teoria da superpopulação tratava-se de uma página virada na história das sociedades humanas, ou um equívoco necessário na tortuosa estrada do progresso da racionalidade e do conhecimento verdadeiramente científico.

“O malthusianismo não foi mais do que uma transição absolutamente necessária que nos conduziu ilimitadamente mais longe. Graças a ele, como de maneira geral graças a economia, atentamos para a força produtiva da terra e da humanidade e, depois de ultrapassar este desespero econômico, estamos imunizados para temer a superpopulação. Dele extraímos os mais fortes argumentos econômicos para uma transformação social [...]” (ENGELS, 1981, p. 76)

Porém, não há espaço no pensamento do jovem Engels para um culto inocente da ciência e da técnica. Engels reconhecia que sob os marcos do capitalismo a ciência é dirigida pelo *capital* contra o *trabalho*, sendo, assim, um empecilho para a efetivação das potencialidades humanas (ENGELS, 1981, p. 80)



O Jovem Engels E O Esboço Da Crítica Da Economia Política, De 1844 – Fellipe Cotrim e Luiz Eduardo Simões de Souza

De forma similar ao Livro I de *O capital* de Marx, o *Esboço de 1844* de Engels conclui com as categorias de *lutas de classes e revolução social*.

Engels identifica a tendência da concentração de propriedade nas mãos do grande capital e da propriedade fundiária contra o pequeno capital e a classe operária, gerando um tencionamento social de grandes proporções.

“Esta concentração de bens é, como todas as outras, uma lei imanente da propriedade privada; as classes médias {*Mittelklassen*} estão, progressivamente, destinadas a desaparecer, até que o mundo esteja dividido em milionários e proletários indigentes, em grandes proprietários fundiários e em jornaleiros miseráveis. Todas as leis, toda a divisão da propriedade fundiária, toda eventual explosão do capital nada poderão fazer com relação a isto; aquele resultado deve surgir e surgirá se não ocorrer uma transformação total das relações sociais, uma fusão dos interesses opostos, uma liquidação da propriedade privada.” (ENGELS, 1981, p. 78)



Considerações finais

Neste artigo nos propusemos a demonstrar a necessidade histórica da crítica da economia política como a superação política e teórica da economia política clássica, a teoria social da burguesia revolucionária contra a ordem feudal-absolutista.

Ao consolidar-se como classe dominante na economia e ao assenhorar-se do poder do Estado, a burguesia completa sua metamorfose ideológico-política e se estabelece como classe conservadora (c. 1848-1851) abandonando o projeto moderno de emancipação humana. A partir de então, o projeto moderno da emancipação humana torna-se bandeira do movimento operário.

Tal como seus antecessores, o movimento operário necessita de uma teoria social e de uma ideologia capaz de revisar criticamente a ordem presente e arquitetar um projeto político com potencial universalizante.

A proposta engelsiana da *crítica da economia política* apresentada do *Esboço de 1844* tratava-se, justamente, de oferecer ao movimento operário os pressupostos fundamentais para a nova teoria social necessária para o prosseguimento e efetivação do projeto social da modernidade. Esta nova teoria social deveria partir de uma crítica radical (i.e., aquela capaz de “agarrar a coisa pela raiz” (MARX, 2010b, p. 151)) da totalidade da sociedade burguesa.

Portanto, não tratava-se de fazer *tabula rasa* do pensamento social burguês, mas de formular sua superação a partir da crítica de suas próprias contradições, conforme os pressupostos da dialética histórica da filosofia hegeliana. Assim, Engels desenvolve sua argumentação no *Esboço de 1844* através de uma espiral de categorias reflexivas, a primeira vista, antagonicas (e.g., *capital-trabalho*, *concorrência-monopólio* etc.), demonstrando sua dialética imanente e como, a partir de sua contradição emerge o potencial para sua própria superação.

Naturalmente, por ser o documento fundador da crítica da economia política, o *Esboço de 1844* encontra uma série de imperfeições. Retomando a epígrafe do início do artigo, o *Esboço de 1844* consistia no carvão, que antes de poder brilhar como o diamante necessitou atravessar um longo processo de metamorfose, passando pelos *Manuscritos econômico-filosóficos* [1844], *Contribuição à crítica da economia política* [1859] e, enfim, *O capital* [1867]. Desde então, a crítica da economia política têm sido polida por



**O Jovem Engels E O Esboço Da Crítica Da Economia Política, De 1844 – Fellipe
Cotrim e Luiz Eduardo Simões de Souza**

uma série de intelectuais e militantes políticos socialistas comprometidos com a superação histórica das contradições do capital, garantindo sua sempre renovada atualidade.

Referências bibliográficas

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. *Karl Marx*. Moscou: Grijalbo, 1963.

CARREIRO, Carlos Haroldo Porto. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1975.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. A contribuição dos textos juvenis de Engels à crítica da economia política. *Anais do Colóquio Internacional Marx e Engels*, 4, 2005.

CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. O problema da razão na filosofia burguesa. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. .

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

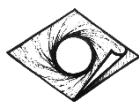
EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: EDIPRO, 2011.

ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da Economia Política. *Friedrich Engels: política*. São Paulo: Ática, 1981. p. 53–81.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. *Obras Escolhidas: tomo III*. Lisboa; Moscovo: Editorial “Avante!”; Edições Progresso, 1982. p. 378–421.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.



O Jovem Engels E O Esboço Da Crítica Da Economia Política, De 1844 – Fellipe

Cotrim e Luiz Eduardo Simões de Souza

GIANOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

HELLER, Agnes. *Homem do renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

LUKÁCS, Gyorgy. Marx e o problema da decadência ideológica. *Marxismo e teoria da literatura*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 51–103.

LUKÁCS, György. O jovem Marx. Sua evolução filosófica de 1840 a 1844. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 121–202.

MÁRKUS, György. *A teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARX, Karl. Cadernos de Paris (Notas de leitura de 1844). *Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosóficos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015a. p. 179–233.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010b. p. 145–157.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosóficos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015b. p. 235–445.



**O Jovem Engels E O Esboço Da Crítica Da Economia Política, De 1844 – Fellipe
Cotrim e Luiz Eduardo Simões de Souza**

- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MCLELLAN, David. A Concepção Materialista da História. *História do marxismo: I: O Marxismo no Tempo de Marx*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 67–89.
- MECW 2. *Marx/Engels Collected Works, vol. 2. Engels: August 1838-December 1842*. New York: International Publishers, 1975.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MEW 41. *Marx-Engels-Werke, Bd. 41: Friedrich Engels: Schriften und Briefe*. 4. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1967.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Obras completas: t. 4: 1929-1933*. 6. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1966.
- PAULO NETTO, José. Apresentação: Marx em Paris. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosóficos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 9–178.
- QUESNAY, François. *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- RICARDO, David. *Princípios de Económica Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



**O Jovem Engels E O Esboço Da Crítica Da Economia Política, De 1844 – Fellipe
Cotrim e Luiz Eduardo Simões de Souza**

SECCO, Lincoln. Engels e a Crítica da Economia Política. *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 277–290.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *History of Economic Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 (1954).

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TAVARES, João Claudino. Friedrich Engels e a pedra filosofal da crítica da economia política. *Verinotio*, n. 20, p. 163–169, 2014.

TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WHEEN, Francis. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Record, 2004.